

Moção de repúdio às violações de direitos causadas pelo megaprojeto

Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Itaparica

As comunidades tradicionais, movimentos sociais, sociedade civil e a comunidade acadêmica reunidos no Simpósio Especial “Danos da Ponte Salvador-Itaparica às Comunidades Tradicionais”, no Simpósio Especial “Violências socioambientais e a luta por direitos territoriais na América Latina: desafios persistentes e novas conflitualidades” e no Minicurso “Protocolos Comunitários de Consulta e Consentimento Prévio Livre e Informado: diálogos de saberes a partir do protagonismo dos povos” da XV Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM)¹, vêm alertar para os riscos à sociobiodiversidade da Baía de Todos os Santos causados pela implementação do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Itaparica e, especialmente, para as violações dos direitos dos povos e comunidades tradicionais nos termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no que se refere ao direito de consulta e consentimento livre, prévio e informado.

Essa obra vem sendo apresentada à população como uma contribuição à mobilidade urbana, omitindo-se se tratar de fato de uma estratégia logística para escoamento da produção mineral e agrícola do Oeste baiano, integrada à Ferrovia Oeste-Leste (FIOL) e ao Porto Sul em Ilhéus. Todos esses megaprojetos, além de intensificar a degradação de recursos naturais, já vêm gerando danos e violações de direitos pela própria produção de expectativas econômicas e especulação nas regiões afetadas. A construção desse Sistema Viário de orçamento bilionário – que inclui a maior ponte sobre lâmina d’água da América Latina – ameaça de modo imediato a existência e os modos de vida das comunidades tradicionais ligadas à pesca e à mariscagem, povos originários, quilombolas, ciganos e povos de terreiro da Ilha de Itaparica, da região metropolitana de Salvador e do Recôncavo Baiano.

O megaprojeto ameaça também um dos maiores patrimônios culturais, históricos e econômicos de Salvador: a Feira de São Joaquim, que sustenta diretamente mais de 10 mil feirantes (IBGE, 2020), é responsável pelo fornecimento de insumos fundamentais para as comunidades religiosas de matriz africana e pelo escoamento da pesca artesanal e da agricultura familiar do interior para a capital baiana. A interferência no ecossistema marinho da Baía de Todos os Santos também impõe riscos à reprodução de espécies fundamentais para a segurança alimentar das comunidades tradicionais e da população de toda a região. A Ilha de Itaparica, hoje importante reserva de Mata Atlântica, será cortada por vias de alta velocidade. O frontispício da cidade de Salvador, importante patrimônio paisagístico, também será afetado pelo traçado da ponte que compõe o sistema rodoviário.

O megaprojeto vem sendo anunciado pelos governos federal e estadual desde 2013, porém sem informação adequada à população em geral e às comunidades tradicionais diretamente atingidas. Especialistas da área ambiental e das engenharias vêm questionando o traçado escolhido para a obra, bem como inconsistências na documentação do processo de licenciamento. A documentação permanece de difícil acesso à população e às comunidades tradicionais afetadas.

¹ Realizada em Salvador (BA) entre os dias 4 e 8 de agosto de 2025.

Após tratativas iniciais das comunidades tradicionais da Ilha de Itaparica junto ao Ministério Público Federal-Procuradoria de Comunidades Tradicionais, o Governo do Estado da Bahia publicou em 14 de março de 2025 a Portaria nº 01, prevendo condições exíguas em tempo e recursos para a consulta e consentimento das comunidades. Diante disso, tratativas com o Ministério Público Federal levaram a um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Governo do Estado da Bahia, a Concessionária, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União, em julho de 2025. Para a construção desse TAC, além de reuniões do MPF-CT com as comunidades tradicionais da região, foi realizada no mês de junho de 2025 uma Audiência Pública no Auditório do Ministério Público Federal em Salvador (BA).²

Publicado o TAC, contudo, verifica-se que reuniões com as comunidades à guisa de consulta vêm sendo realizadas de modo que viola flagrantemente os termos da Convenção nº 169, na medida em que são conduzidas de modo acelerado e pouco qualificado e sem a necessária atenção aos protocolos de consulta locais nesse contexto culturalmente hiperdiverso. Os representantes das comunidades tradicionais e da comunidade acadêmica em diálogo na XV RAM, diante disso, denunciaram os danos, violências, assédios e medo causados às comunidades afetadas, e reiteramos os termos da Convenção nº 169, exigindo um processo de consulta realizado pelo Estado, garantindo os princípios da boa-fé, bem como as condições para que a consulta e o consentimento das comunidades sejam livres, prévios e informados, por meio de planos de consulta feitos em respeito aos protocolos internos de cada comunidade.

Salvador, 08 de agosto de 2025.

Assinam as Comunidades Tradicionais, movimentos sociais, sociedade civil e comunidade acadêmica reunidos no:

- Simpósio Especial “Danos da Ponte Salvador Itaparica às Comunidades Tradicionais”, proposto pelo Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia,
- Simpósio Especial “Violências socioambientais e a luta por direitos territoriais na América Latina: desafios persistentes e novas conflitualidades”, proposto pelo Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da Associação Brasileira de Antropologia e
- Minicurso “Protocolos Comunitários de Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado: diálogos de saberes a partir do protagonismo dos povos”, proposto pelo Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da Associação Brasileira de Antropologia e pelo Observatório de Protocolos Comunitários de Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado (OPCPLI).

² A Audiência Pública foi registrada em vídeo e pode ser vista no seguinte link do Canal MPF: <https://www.youtube.com/watch?v=vbjES2cOrNw>